

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 2/2016

Sessão Extraordinária realizada em 2016/04/25



----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no Auditório da Escola Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

Assiduidade – (doc. 1) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril, subordinada ao tema **“25 DE ABRIL... Abrantes Cidade Centenária ... Perspetivar o futuro.”**. -----

----- Contrariamente ao que estava previsto, iniciaram-se os trabalhos com a atuação da ESTAUNA -----

----- De seguida passou-se à intervenção dos representantes dos: -----

----- Alunos do Agrupamento de Escolas nº 2 de Abrantes – João Pedro Barbas Gaio e Silva - Escola Dr. Manuel Fernandes; (doc. 2) -----

----- Alunos do Agrupamento de Escolas nº 1 de Abrantes - Ana Carolina Patricio Pires Rainho - Escola Dr. Solano de Abreu; (doc. 3) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 2/2016

Sessão Extraordinária realizada em 2016/04/25

----- Alunos da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes – Eduarda Charneca e André Fernandes; (doc. 4) -----

----- Alunos da Universidade da Terceira Idade do Tramagal – Maria Rosa Vicente Barralé; (doc. 5) -----

----- Alunos da Universidade da Terceira Idade de Abrantes – Piedade Anselmo; (doc. 6) -----

dos Senhores Deputados Municipais: -----

----- José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome – CDS/PP – fazendo alusão à data e à realidade que atravessamos; -----

----- Armindo Rodrigues Silveira (BE); (doc. 7) -----

----- Elsa Cristina Guerreiro Lopes (CDU); (doc. 8) -----

----- Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema (PSD); (doc. 9) -----

----- Afonso Duarte Morgado Heleno da Costa (PS); (doc. 10) -----

da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque; (doc. 11) -----

e, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes, António Lucas Gomes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 2/2016

Sessão Extraordinária realizada em 2016/04/25

Mor. (doc. 12) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a participação de todos dando por encerrados os trabalhos, pelas vinte horas. -----

O Presidente da Assembleia

António Lucas Gomes Mor

O 1º. Secretário

Manuel Duarte dos Santos

A 2ª. Secretária

Isilda Manuela Gomes Santos Alves Jana


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

Man
(Doc. 1)
19

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Extraordinária 25 de abril de 2016	Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	1	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque		✓		
	2		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatos Reis		✓		
	4		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão		✓		
	6		João Carlos Caseiro Gomes		✓		
	7		Luís Filipe Correia Dias		✓		
CÂMARA MUNICIPAL	3	PSD	Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório		✓		
	5	CDU	Avelino Manuel Conceição Manana		✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6	PS	António Lucas Gomes Mor		✓		
	2		Manuel Duarte dos Santos		✓		
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana		✓		
	8		Francisco José Vilela Mendes		✓		
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel		✓		
	12		António Manuel Godinho Paulo (substituição)		-	S	Substituição
	15		Jorge Manuel do Carmo Beirão		✓		
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto		✓		
	20		Sónia Maria de Matos Pedro		✓		
			Celso José Pacheco da Silva		✓		
			Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira		✓		
			Afonso Duarte Morgado Heleno Costa (substituto)		✓		
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema		✓		
	14		Diogo João Ferreira Valentim		-	F	Injustificada
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino		✓		
			João Gonçalves da Silva Teodoro (substituição)		-	S	Substituição
			Ana Sofia Chambel Dias		✓		
			Bruno Miguel Gomes Pereira (substituto e substituição)		-	S	Substituição
			João Paulo Leitão Rosado (substituto e substituição)		-	S	Substituição
			Margarida Helena Rosa dos Santos (substituto e substituição)		-	S	Substituição
			Joaquim Armando de Sousa Lopes (substituto)		✓		
	5	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes		✓		
	11		Luís Miguel Pires Lourenço (substituição)		✓	S	Substituição
			José Augusto das Neves Dias		-	F	Injustificada
			Ana Paula de Amaral e Rodrigues do Carmo (substituta)		✓		
	Lista	BE	Armindo Rodrigues Silveira		✓		
		CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome		F		
JUNTAS DE FREGUESIA		PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓		
			Luís Serras Vermelho	JF Carvalho	✓		
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓		
			Maria Teresinha Conceição Garcia Barreiro	JF Martinchel	-	F	Justificada
			Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓		
			Vítor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓		
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓		
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓		
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓		
			Luís Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓		
		PSD	Rui Manuel Vasco André / João Filipe Domingos	JF Rio de Moinhos	✓		
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓		
		CDU	Maria Teresa Matos Santos Dinis	JF Mouriscas	✓		

S Pedido de Substituição
F Falta Injustificada
F Falta Justificada



Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Exmas. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,

Senhoras e Senhores Convidados,

Senhoras e Senhores Jornalistas,

Caríssimas e Caríssimos Cidadãos,


A sociedade que constituímos e na qual vivemos tem um valor referência. Um valor que perdura, permanece e que se assume como principal, marcando-se, na sua plural manifestação, pela intangibilidade e pela indiscutibilidade – o indivíduo e os seus Direitos.

Há 42 anos, ultrapassado o ideal autoritário de subordinação do indivíduo à tirania do silêncio e à vontade de uma minoria, a liberdade, a realização pessoal e o respeito pela personalidade e personalização afirmaram o direito inalienável que o indivíduo tem de ser ele próprio. De fruir a vida, dando resposta aos seus sonhos, vontades e ambições. E de ser livre, perante as escolhas a que o caminho da vida obriga.

Hoje, é isto mesmo que celebramos: a Liberdade – enquanto valor e, sobretudo e previamente, enquanto materialização concreta daquilo que cada um é em si. Porque, de facto, é a constatação de que somos efetivamente livres que permite a realização pessoal. E isto é fundamental para cada ser humano. Como escrevera, em tempos, Jean-Paul Sartre, “o projeto livre é fundamental, porque ele é o meu ser”. Não podemos negar nenhum ser humano na sua unicidade. Não podemos negar a Liberdade.

Torna-se, portanto, imperativo celebrar a sua conquista, enquanto verbo que conjugamos no presente do nosso quotidiano. Torna-se imperativo

celebrar a Revolução de 25 de Abril de 1974 como uma manifestação viva de Esperança, de Vontade e de Desafio. Torna-se imperativo celebrar o reencontro de Portugal consigo e com a sua História de ousadia. Torna-se imperativo celebrar o reencontro da nossa Nação com a vida humana e com a dignidade e Direitos que lhe são intrínsecos.



A Revolução dos Cravos não é somente um acontecimento que marcou um dado período da História. Transcende quaisquer fronteiras temporais e tem a sua marca indelével em cada Português. Traduz-se na Liberdade que afirmamos em cada ação. Por isso, a Revolução que hoje celebramos é sinónimo de um legado que devemos preservar. E nós, os Jovens, temos uma responsabilidade incomensurável neste capítulo. Somos o Futuro do nosso país e da nossa cidade.

Em 2016, neste contexto muito singular para a comunidade abrantina, a comemoração do Centenário da Elevação de Abrantes à categoria de Cidade não é um ponto de chegada. É, antagonicamente, um ponto de partida para novos sonhos. Para ambições a novos impossíveis. Para novos caminhos. Assim, queremos ser um monómio fundamental e imprescindível da equação que Abrantes perspetiva para os próximos 100 anos. Seremos nós a definir a direção e o sentido do próximo século de História desta comunidade.

Não dispensaremos o Passado, enquanto alicerce do Futuro e garante da identidade. A nossa História é uma referência constante que nos enche de orgulho e que nos desperta para um sentido de limite. Contudo, o nosso foco será o Futuro. Adaptando a célebre frase de Descartes, queremos, logo somos. E Abrantes será aquilo que nós quisermos ser – dinâmicos, empreendedores, criativos. A Liberdade é um Direito que queremos elevar a grandes expoentes.

A Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Nº2 de Abrantes tem primado por isto – pela inovação e pela vontade de fazer mais. O INSPIRA-TE, que decorreu no passado dia 16 de abril, e o musical “A Campanha Só Toca Uma Vez”, a apresentar no próximo dia 3 de junho (e para o qual estão, desde já, convidados), são exemplos de atividades que ilustram o nosso querer. Queremos lutar contra o conformismo e contra a passividade. Queremos ser um elemento ativo e construtor da nossa comunidade.

Felizmente, não sabemos o que é acordar para uma vida com medo, desprovida de sonhos e vontades. Não sabemos o que é acordar para uma vida sem Liberdade. Crescemos nela e crescemos com ela. Todavia, porventura porque sempre vivemos e convivemos com a Liberdade, nem sempre lhe damos valor.

Reconhecemos, com mágoa, que a participação juvenil na vida política e democrática, no seu sentido restrito, é, de um modo global, muito reduzida. O desinteresse pela atividade política, o pleno alheamento dos Jovens face a estes temas e os elevados valores de abstenção provam-no.

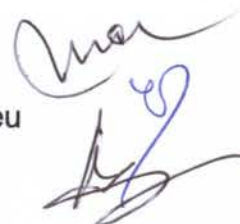
Esta realidade dirime as conquistas de Abril. Dirime a voz do cidadão que, em Democracia, não se pode ausentar das decisões da *polis*. A apatia e a inexistência de um espírito crítico face à atividade política têm implicações no Futuro do nosso país e no Futuro da nossa cidade.

A Democracia não é um dado adquirido – deve ser preservada. Assim, urge mudar este paradigma, mas urge, sobretudo, definir uma estratégia que deverá passar por duas diretrizes de ação.

Em primeiro lugar, pelo exemplo. Baden-Powell, fundador do Escutismo, asseverava, com razão, que “Não há ensino que se compare ao exemplo”. A imagem da atividade política não deve obedecer a jogos partidários ou ao favorecimento das elites governativas. Deve, isso sim, servir os cidadãos.

Depois, deverá, também, focar-se no envolvimento dos Jovens. Não esquecemos, a nível local, a voz que nos tem sido através da presença no Conselho Municipal da Juventude ou no Conselho Municipal da Educação. Não esquecemos iniciativas como o *Nós, os Jovens* ou o Encontro Municipal de Associações Juvenis. Mas queremos uma voz mais forte e, neste sentido, queremos aproveitar esta oportunidade para lançar um desafio. O projeto *Jovem Autarca*, empreendido pelo concelho de Santa Maria da Feira, desde o ano passado, é uma iniciativa que segue seriamente todo o processo eleitoral (campanha, debates e eleição) e permite que uma equipa de jovens, entre os 12 e os 18 anos (o autarca e os seus vereadores), se assumam como a voz da

sua geração, gerindo um orçamento de 10000€ para o cumprimento do seu programa eleitoral.



Acreditamos que esta iniciativa, ou outras de carácter semelhante, são capazes de potenciar a participação cívica e ativa dos Jovens nas decisões e no Futuro da nossa cidade. Porque, por vezes, não são os Jovens que se distanciam da política. É, também, a política que se afasta deles. A Democracia não dispensa os Jovens e exige um cuidado e atenção permanentes, principiando pela sua raiz.

Neste sentido, o Poder Local deve ter um papel de extraordinária importância para minorar o distanciamento juvenil face à atividade política e um projeto deste cariz seria, a nosso ver, uma insigne forma de inaugurar o caminho para o próximo Centenário.

Para terminar, como um dia escreveu Fernando Pessoa, em *Mensagem*, "Senhor, falta cumprir-se Portugal". Só cumprimos Portugal e a evolução que o termo R(evolução) contém e pressupõe com um exercício pleno da Democracia e com um maior envolvimento dos Jovens.

Os Jovens, a Democracia e o Futuro são termos indissociáveis do léxico da Liberdade que Abril nos trouxe. Nunca nos esqueçamos, por isso, que este Direito é a maior força viva que existe e que Abril nos trouxe, porque...

Abri a porta para voos antes impedidos

Abri a porta para a voz dos oprimidos

Abri a porta para a democracia

Abri a porta para os sonhos que alguém impedia

Abri o caminho para o futuro

Abri o caminho para que futuro?

Abri? Perdão, Abril.

Muito obrigado.

Exm. Sr. Presidente da câmara de Abrantes
Exm. Senhor Presidente da Assembleia
Exmos. Senhores e senhoras Vereadores
Exmas. Senhoras e senhores Deputados Municipais

(doc.3)



1916, Abrantes é elevada à categoria de cidade

Exmas. Senhoras e senhores
Presidentes
de junta

1917, Vivemos na era da máquina, um movimento de rebelião ativa e de afirmação das novas e modernas energias existentes, rejeitamos o moralismo do passado, porque nós agora só queremos o futuro, o desenvolvimento, a inovação. E os contemporâneos unem-se e discutem, debatem, gritam... e escrevem: À dolorosa luz das grandes lâmpadas elétricas da fábrica

senhores e
senhoras
convidados

Tenho febre e escrevo.

Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto,

Para a beleza disto totalmente desconhecida dos antigos.

senhores e
senhoras
jornalistas

Álvaro Campos – Heterónimo de Fernando Pessoa

1918, Portugal vive o modernismo, finalmente somos um país que se encontra em conformidade com o resto da Europa. Somos um país novo e, assumimo-nos como tal. Nós pertencemos a uma geração construtiva. Aspiramos o avanço, a crítica. Portugal quer ser mais, Portugal quer sair do nevoeiro.

1926, é a queda da 1.ª república

E a 1933, O regime ditatorial do Estado novo toma posse do nosso País... três palavras que descrevem esta época: atraso económico, social e culturais. Portugal já não é modernista, Portugal não aspira a inovação. Portugal passa a ser controlada... "Deus, pátria e família". E o problema é que enquanto existiram esses os três, Portugal não teve a oportunidade de ser o palco ambicionado pelas gerações futuristas... Porque dentro de tantas peças de teatro existia apenas um espetáculo e o papel principal pertencia a Salazar.

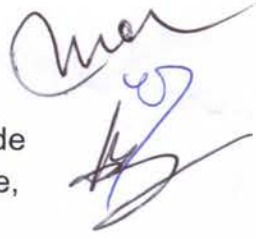
1939, início da segunda grande guerra mundial

1945, suicídio de Hitler, bomba atómica em Hiroxima e fim da segunda guerra mundial. O mundo que agora foi destruído tem a possibilidade de se construir novamente... Porque essa sim é a única vantagem da guerra, a de podermos começar do zero... E assim se disse e assim foi, Europa reconstrói-se e passaram 30 anos...

A 1974, 0h20, 25 de Abril, e nós ouvimos através da rádio renascença Grândola, Vila Morena de Zeca Afonso e sabemos que o golpe militar teve o seu início. A mudança chegou. Nas pontas das varas dos capelões, são colocados cravos, somos livres, é o início de um novo país, de um novo estado. Portugal renasceu e as novas gerações serão o auge de Portugal! É a hora!

1976, a partir da instauração da democracia, Portugal tornara-se um outro veículo de crítica e de construção, desde as artes plásticas ao cinema, à literatura, à dança, à música... Obras vanguardistas! Portugal é agora

caracterizado pela sua contemporaneidade, nós somos uma maior pluralidade expressiva, um espírito de experimentação aliado a uma onda de criatividade, agora facilitada pelas inovações tecnológicas. Nós somos uma projeção internacional de autores. Exploramos as correntes modernas, preocupamos-mos com o desenvolvimento de uma nação, preocupamos-mos com o futuro...



2016, 42 anos depois, Abrantes faz 100 anos e comemora o 25 de abril no auditório da escola Dr. Manuel Fernandes, vários são as intervenções que se realizam nessa tarde, vários são os gritos de esperança para um futuro melhor.

E eu pergunto-me o que é que mudou? O que é que estas datas têm de tão semelhante com o presente? A verdade é que durante estes 100 anos Portugal passou inúmeras crises a níveis políticos, sociais e económicos que instauraram o caos nos valores do pensamento racional, otimista e positivo do povo. Mas depois de qualquer crise a prosperidade, a arte, o avanço, o movimento, o progresso, voltam e com ele o povo, o povo é quem controla a nação. Nós desenhamos o caminho de Portugal.

2116, passaram 100 anos e Abrantes comemora 200 anos como cidade. O povo, não só Abrantino, mas também de Portugal inteiro, finalmente apercebe-se do seu poder, ele sabe que tem a voz e o direito de protestar, ele sabe que a mudança e o desenvolvimento de uma nação é feita connosco. E assim, fintamos Portugal, vemos as glórias e as conquistas do passado e aspiramos um futuro melhor, fomentado pela arte, pela ciência e pela literatura. Nós evoluímos como nação e como pessoas. Por isso vamos olhar em frente e ver aquilo que temos de melhorar, porque neste momento o povo é quem mais ordena.

"25 de Abril ... Abrantes cidade
antecedente ... Democracia Participativa ...
Perspectivar o futuro"

(doc.4)



(A) Para nós, jovens estudantes do ensino superior o 25 de Abril pode não dizer muito, afinal nós não vivemos nessa época ... Nós os dois, por exemplo, nascemos no meio dos anos 90, como podem imaginar não temos muito que falar sobre o 25 de Abril a não ser o que aprendemos na escola e o que ouvimos através de familiares e conhecidos, e muito menos conhecemos Abt antes destes últimos anos.

(✓) Porém há uma coisa nós sabemos...

(✓) Todos nós, quer sejamos estudantes a aproveitar os conhecimentos e as vivências das gentes da cidade, trabalhadores que todos os dias permitem que a cidade de Abt continue a evoluir e a ser a cidade que todos deixamos para o futuro ou as gentes que trouxeram a cidade ao que conhecemos hoje e que tanto adoramos, vemos

a cidade a transformar-se constantemente e nós, como parte deste organismo vivo, tentamos todos os dias contribuir. E percebemos que todas estas transformações vão possibilitar que esta cidade exactamente no centro do país, que nós tão bem conhecemos, continue a mudar e a mostrar que não precisamos de ser uma ~~grande~~ capital ou uma grande metrópole para termos magia, locais para descobrir, para sermos um pensamento de passeio no fim-de-semana solarengo, que podemos ter grandes actividades e oportunidades que nunca na vida teríamos se vivéssemos numa ~~ma~~ grande metrópole.

⊗ Nós, como estudantes da ESTA sabemos desde o 1º dia o que é estar aqui. Para além de todas as condições necessárias e oportunidades para brilhar, tivemos experiências que nos marcaram, pequenas pérolas, como aulas de escrita no Castelo de Abrantes, de querer fazer um vídeo e saber que a Sra. presidente da CMA alieta aparecer no nosso vídeo

de acompanhar de perto um campo artístico³
que traz cor e vida à cidade nos quentes dias
de verão que tanto impressionam os artistas,
exemplos do que tivemos oportunidade de
fazer com o grupo da cidade e da ESTA,
que não faltaram mas permitem que esta
cidade de clima difícil fique na nossa vida
para sempre e que um dia mais tarde, como
tantos colegas nossos que voltam, possamos
dizer que estamos de volta à cidade onde
somos muito felizes.

↙ Nós, como parte de Associações de Estud.
de ESTA, que apesar de jovens, sabemos a
nossa responsabilidade e que temos nas nossas
mãos a oportunidade infinita para permitir
que tanto os estudantes de ESTA como os
estudantes das restantes escolas da cidade e
arredores possam crescer e participar nas
decisões, nos eventos, nas festas. Sim, a vida
não é só festa e nós enquanto AE queremos

ser uma associação que promove festas e a vida académica, mas que não se esquece de outros valores importantes para uma vida académica como o desporto, sociedade e cultura, a capacidade de organizar algo e permitir que tantos como nós tenham a possibilidade de ter o destaque que desejam. Todos estes valores têm lugar em núcleos próprios da AE e que não deixam estes assuntos cair para dar lugar a festas e boas vidas. Mas claro, também temos festas um pouco à SAA, que será em breve e que não pretende ser uma festa apenas nossa, mas como todas as outras actividades ser um local entre estudantes e a cidade que permite tudo isto. Assim podemos dizer que estamos de portas abertas para todo o tipo de parcerias e interacções.

Ⓟ Democracia participativa? Muito provavelmente será o futuro, pode não ser, mas todos conseguimos perceber que actualmente todos temos voz para

expressar a nossa opinião. Há 100 anos
 nós era assim, há uma década nós er^{am}
 assim... Ontem nós era assim! Para que esta
 liberdade de maneira de actuar funcione é
 preciso que haja uma reinvenção diária
 porque o que fizemos ontem, e o que que
 pensámos ontem, hoje é antiquado. Temos
 que pensar, participar... Mudar o mundo...
 Ou pelo menos desejar mudar, porque se nós
 formos nós, Abt estará a comemorar o 2º
 centénio quando isso acontecer.

ⓔ Para participar e mudar o mundo
 basta vontade. Nós estamos a tentar. E
 por isso, gostaríamos imenso de ~~vos~~ nos
 convidar para estarem presentes no Encontro
 de Comunicações ~~de 15 e 16~~ que terá lugar na ESTA
 entre os dias 15 e 15 de Maio e onde
 sob o tema "A arte de comunicar: Informar e
 marcar a diferença" Onde vemos, através
 de pessoas do meio que comuniquem todos
 os dias contra a iliteracia e contra a massifica-
 ção de comunicações.

e se destacam, pelos melhores motivos! ⁶

Temos mais surpresas para desvendar neste encontro, não percam!

① Porque como nós gritamos nas praças,
"Abrantes é nosso".

Exm^a Senhora Presidente CMA

Sx^{mo} Sr. Presidente de Assembleia Municipal

Ex^{mas} Senhoras e Senhores Vereadores

Sx^{mas} " Deputados Municipais

Ex^{mas} Senhoras e Senhores presidentes de junta

" " Convidados

Senhor e Senhores jornalistas

Corr^{ss}hes e Corr^{ss}mas locais

RELEMBRANDO O 25 DE ABRIL DE 1974

Man (1)
(doc. 5)
w
B

1916

O mundo estava mergulhado numa guerra que envolvia a Europa e as suas colónias em África. A indústria crescia a olhos vistos. As mulheres lutavam pelo voto e pela igualdade e os negros ainda eram povo sem direitos.

Portugal, uma República muito jovem, atrasado em relação ao centro da Europa, vivia uma grande crise económica e política. O analfabetismo era enorme, as escolas eram poucas e as mulheres que sabiam ler e escrever, uma minoria. O desemprego era significativo, assim como a emigração para o Brasil e América do Norte. A 9 de março de 1916 a Alemanha declarou-nos guerra por termos aprisionado barcos alemães e austríacos e o problema colonial também pesou bastante na decisão de passar de país neutral a país beligerante. Cerca de 120.000 mobilizados para França e África, 10.000 mortos e muitos milhares de feridos e gaseados. A luta pela emancipação da mulher era ainda muito mal recebida pela sociedade.

Em Abrantes a vila ascendia á categoria de cidade. Alferrarede, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal, servidos pela linha da Beira Baixa e a navegabilidade do Tejo, tornavam-se zonas industriais de referência. E uma sessão desta natureza, tanto aqui como em Lisboa, era exclusivamente masculina, cheia de chapéus altos, tanto na mesa como na audiência.

No Tramagal a indústria crescia e a agricultura mantinha-se. O associativismo já era notório. A SAT já tem 115 anos

Os velhos não tinham reforma, trabalhavam até poderem e depois eram sustentados pelos filhos que os tratavam como podiam, muitas vezes com grandes dificuldades. Alguns, muito poucos, dos totalmente desprotegidos, doentes ou deficientes eram internados em asilos, onde à distância já se detetava o intenso cheiro a urina. Não havia ainda fraldas descartáveis, nem resguardos impermeabilizados, utilizavam-se tecidos de

algodão e atalhados que eram lavados à mão, porque os eletrodomésticos ainda não existiam. Só quem tinha dinheiro tinha médico e os medicamentos eram também pagos integralmente pelo doente.

2
Cmar
H/O

25 DE ABRIL DE 1974

O mundo apesar duma crise petrolífera recente tinha recuperado da 2ª Guerra Mundial e os trabalhadores dos países mais industrializados já tinham conquistado o direito à educação, à saúde, ao apoio à maternidade, às férias, à greve, à organização em sindicatos e comissões de trabalhadores. Durante e após a II Guerra Mundial, em que foi necessário lutar e reconstruir a Europa, as mulheres conquistaram o direito ao trabalho, ao voto, à igualdade e a pílula anti contracetiva contribuiu para que passassem a dispor também do seu corpo. Os negros, à semelhança das mulheres, já tinham conquistado a igualdade no papel.

Em PORTUGAL o 25 de abril, a data que hoje assinalamos, foi um marco memorável na nossa História de nove séculos. Aquela manhã fria acendeu a esperança e o sonho no peito da grande maioria dos portugueses, cansados e enlutados por uma guerra colonial sem fim que já durava há 13 anos.

Estávamos desejosos:

- do fim da guerra colonial
- do fim de PIDE/DGS, dos seus informadores e da censura
- de conquistar a liberdade de imprensa e de reunião sem medos
- e impacientes por nos manifestarmos nas urnas, escolhendo Governo e Autarquias



- duma escola igual (liceu e Escolas Industriais) para todos independentemente dos meios económicos e sociais de cada um
- dum sistema de saúde que tratasse todos de igual modo
- dos direitos que até aí não eram para todos
- de assegurar às mulheres, às crianças e às minorias, o direito de participarem em igualdade de circunstâncias, na vida cívica, política, laboral e familiar.

Com as mulheres a trabalharem fora de casa, aumenta o poder de compra das famílias e os eletrodomésticos começam a generalizar-se e as Escolas e as Universidades abrem-se aos dois sexos em condições de igualdade, embora a trabalho igual nem sempre corresponda salário igual.

Em Abrantes o 25 de abril também agitou fortemente a cidade. As manifestações eram mais de júbilo do que de contestação. O povo festejava a queda da ditadura e talvez desejasse mais do que era possível. Mas depressa começaram a surgir os problemas e as dificuldades em resolvê-los. Tudo se tinha virado ao contrário. Substituíram-se^{os} titulares dos cargos mais importantes, por comissões administrativas, comissões de gestão, comissões disto, comissões daquilo, por pessoas escolhidas à pressa. A passagem de poderes foi feita apressadamente e, muitas vezes, nem isso.

No Tramagal aquela quinta-feira começou como qualquer outro dia. Apenas na Emissora Nacional, a percursora da Antena 1, em vez das habituais notícias e música ligeira, difundia marchas militares umas atrás das outras, sem palavras. Apesar disso o dia de trabalho começou como habitualmente, mas pressentia-se algo de diferente.

Depois soubemos o que se passava e não era possível conter o povo. Na minha modesta opinião só encontro paralelo, na nossa História com a descrição de Fernão Lopes quando se apelava ao povo para que acesse ao Paço, porque matavam o Mestre, o Mestre de Aviz. Nós também

desaguámos em frente à Câmara Municipal, em frente aos quartéis, em frente ao Governo, em frente às prisões, reclamando, apoiando, exigindo, enfim, tudo o que uma multidão pode fazer quando perde o medo e vislumbra a esperança dum futuro. Seguiu-se uma crise tremenda com resultados catastróficos. A M.D.F. estava quase exclusivamente a produzir os camions militares BERLIET que seguiam para a Guerra do Ultramar, e a primeira medida da revolução era o fim da guerra. Eram mais de 2000 trabalhadores distribuídos pelo Tramagal, Porto e Lisboa que ficaram com o futuro profissional em risco. A Fundição, a Serralharia Civil, a Linha de Montagem do Tramagal e a Fábrica de Esmaltagem do Porto trabalhavam, como disse quase em exclusivo para os camions militares. Em condições normais não seria fácil uma reconversão rápida. Em período revolucionário mais difícil era encontrar produto que assegurasse trabalho a tanta gente, assim como as técnicas de fabrico e mercado onde o colocar. A empresa foi intervencionada. O futuro era negro, tal como era a cor da faixa colocada pela administração da M.D.F., em 1980, já depois de devolvida à família Duarte Ferreira, a assinalar o seu primeiro centenário, onde estava inscrito a branco "100 ANOS UM FUTURO". É importante frisar que o Tramagal teve o seu período de ouro antes do 25 de abril, em que os ordenados e regalias eram acima do normal, a saúde era do melhor que havia, não aqui, mas no país. Tínhamos médico ao domicílio 24 por dia, médico na empresa que permitia um acompanhamento aos trabalhadores mais preventivo que curativo e um posto médico a que se podia chamar clínica, pois havia colheita de análises, raios X, maternidade, cirurgias de otorrino e outras pequenas cirurgias, consultas de diversas especialidades, fisioterapia com equipamentos adequados, etc., etc.. Hoje, grande parte dos tramagalenses não tem médico de família, e, uma consulta pode demorar cerca de um mês, a não ser que o doente se disponibilize a ir, ou mandar, para a porta do posto médico antes das 5 da manhã uma pessoa para apanhar uma das 3 consultas para casos urgentes, no próprio dia. Muitas outras valências ~~que~~ o Tramagal perdeu: o posto dos Correios, a Biblioteca, a Rádio Tágide, a Escola Secundária que está a terminar o ciclo, ^{até} e nem todos os comboios param na estação, que durante a noite mete medo e não tem qualquer nível de conforto e de segurança. No meio de tantas perdas é importante salientar o investimento no ensino em que a M.D.F. se empenhou, insistindo junto dos seus trabalhadores para que fossem estudar à noite na antiga escola industrial e comercial de Abrantes, antes de ser criado um polo no Tramagal. Chegaram a vir 3 autocarros diários cheios de estudantes trabalhadores, a quem a empresa dava duas horas diárias para estudo e o

4
M.D.F.

AO 25 DE ABRIL



**Tantos anos de tristeza
Tantos anos de degredo
Para chegar à certeza
Acabaram com o medo**

**Era tudo tão medonho
Dentro da nossa cidade
Mas acabou o mau sonho
E acordou a liberdade**

**E naquela madrugada
Nasceram liberdades mil
Dadas pelas Forças Armadas
E nos deu o 25 de Abril**

**Foi um exemplo de batalha
Sem haver conspiração
Não usaram a metralha
E livraram uma Nação**

sindicato subsidiava parcialmente o transporte. Tal medida teve resultados largamente positivos, porque permitiu que muitos trabalhadores conseguissem arranjar bons empregos quando a crise e os despedimentos aconteceram. Daí que a saúde e a educação sejam as ferramentas indispensáveis à conquista dum lugar no mercado de trabalho.

Aos velhos já se chamavam idosos e já tinham direito a reforma, porque Marcelo Caetano atribuiu aos rurais, através das Casas do Povo um pequeno subsídio, enquanto os trabalhadores do comércio, indústria e serviços descontavam para as Caixas de Previdência, o que dava direito a uma pensão de reforma, à assistência médica e medicamentosa, durante a doença, assim como um subsídio de doença e de maternidade. Também se batiam já pela construção de Lares onde os idosos pudessem passar os últimos anos das suas vidas, rodeados de carinhos e atenções e apoiados em todas as vertentes: saúde, atividades lúdicas e culturais. Lá nos arranjaram as Universidades da Terceira Idade, que se esforçam por oferecer aos idosos um espaço que poderão usufruir com ^{as} iniciativas que entendam, mas tudo sem grandes custos, porque têm de fazer face a essas despesas. Proporciona a CMA o autocarro um dia por ano para fazermos um passeio económico, assim como um subsídio anual proporcional aos idosos inscritos nas aulas. A Universidade da 3ª Idade do Tramagal presta um serviço de intercâmbio local com estrangeiros, que lecionam Inglês e Alemão e em contrapartida frequentam a disciplina a eles dedicada, Português para Estrangeiros. Além destas temos Português, Alfabetização, Informática, Costura, Artes Plásticas, Música, Grupo de Cantares, Cavaquinhos, Ginástica, Atividades Aquáticas. Depois destes anos o saldo é muito positivo, mas muito ainda mais poderá e deverá ser feito. Este Envelhecimento Ativo contribui para uma melhor saúde física e mental, mas precisamos de apoio especializado, a tempo parcial ou de periodicidade frequente. ~~Não queremos perder tempo nas nossas deslocações~~, penso até que dentro de cada um dos alunos há uma vontade de construir ou ajudar a fazer algo que tenha influência ou utilidade. ^{na sociedade} Precisamos ainda de fazer coisas importantes, precisamos ainda nos sentirmos úteis, mas não sabemos como, precisamos de técnicos especializados que nos ajudem a empreender: o empreendedorismo da

Terceira Idade. Por agora temos as Marchas Populares em andamento e quarta-feira continuamos a fazer as roupagens dos marchantes.

6
Amor
Lef

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Sobre a Democracia Participativa, tenho uma opinião pessoal: acho que participo pouco ou então a Democracia não quer mesmo a minha participação. Convoca-me periodicamente para votar nuns senhores que eu nem conheço bem e que vão decidir o meu futuro e o do país. Quando o rei faz anos fazem um referendo para resolver problemas mais morais e éticos e que deles não depende o nosso futuro nem o do país. Em contrapartida há decisões que nos acorrentam por completo e tudo se decide em Lisboa ou em Bruxelas. Felizmente na minha Universidade de 3ª Idade há Democracia Participativa e em grupo lá vamos discutindo e decidindo o que os limites físicos e financeiros e de boas vontades de professores nos permitem

PERSPETIVAR O FUTURO

Quem me dera ter uma bola de cristal, para avaliar o futuro. Nestes últimos 100 anos deixamos de andar a pé para voarmos, deixamos de comunicar por cartas para ^{computadores} passarmos aos telefones fixos, móveis, em videoconferência, aos drones, ao armamento, novas técnicas agrícolas, as barragens, a electricidade, a ciência, os combustíveis fósseis, etc. 100 anos que modificaram o mundo e como tal as democracias também se devem adaptar a todas estas modificações que permitem esconder fortunas, evitar pagamento de impostos, corromper responsáveis que deveriam ser honestos para a sociedade ^{que} em também estão inseridos. Também para um futuro com trabalho, saúde, habitação, paz, solidariedade, igualdade, liberdade, direitos e deveres é necessário estudar ^{esse} ~~um~~ futuro em que uns não vivam à custa dos outros

BOA TARDE

(doc. 6)

**~~Sr. Secretário de Estado da
Juventude e Desporto;~~**

**Sr. Presidente da Assembleia
Municipal;**

**Sr^a. Presidente da Câmara
Municipal;**

Senhoras e Senhores Vereadores;

Senhoras e Senhores Deputados;

**Minhas Senhoras e meus Senhores e
Jovens**

**É com muito prazer que a UTIA se
junta a esta Assembleia para
comemorar o 25 de Abril.**

**Desde sempre me interessei por
poesia e, com os meus 96 anos ela
continua a fazer parte do meu dia-a-
dia, por isso aqui a trago para
partilhar com todos vós os meus
sentimentos sobre o 25 de Abril e a
nossa cidade centenária**

us
Ana
L

**Os Heróis do 25 de Abril
Não podem ficar esquecidos
Para eles graças mil
Jamais seremos vencidos**

**Abrantes cidade centenária
És meu orgulho, minha fortaleza
Parabéns pelo teu aniversário
Que passa com muita nobreza**

**Liberdade, ai Liberdade
Abraça a Democracia
Abrantes linda cidade
Amanhã é outro dia**

Maria Piedade

Abril - 2016



[Handwritten signature]
(dec. 7)
[Handwritten signature]

Sessão extraordinária Assembleia Municipal de Abrantes-25 de Abril de 2016

25 de Abril, novos caminhos em construção

Faz hoje precisamente 42 anos que se abriu uma janela de liberdade na sociedade portuguesa. A Revolução de Abril de 74 foi reforçada com a aprovação da Constituição da República Portuguesa a 2 de Abril de 1976, paradigma do nosso ordenamento jurídico.

A democracia participativa dos primeiros anos, paulatinamente, perdeu força em prol de uma democracia representativa. Não havia razões para que os cidadãos e cidadãs não confiassem nos novos protagonistas. Afinal cada um assumiria o seu papel e as suas responsabilidades. Os fantasmas tinham ficado para trás!

Um Estado de Direito assenta, principalmente, em actos normativos como forma de regular as relações em sociedade. Mas a vida em sociedade é complexa e mútuos interesses disputam a ^{poder} ~~hegemonia~~ que lhes permite governar segundo o seu ideal de sociedade.

Em Portugal, certos interesses corporativos "refinaram-se" na arte de produzir e aprovar legislação que permitiu fortalecer posições de supremacia onde os interesses colectivos, a igualdade, a justiça e a fraternidade foram relegados para segundo plano, em detrimento de poderosos interesses particulares que estão presentes de forma ostensiva em múltiplos aspectos da nossa organização social.

Salvou-se a liberdade de expressão mas de que serve se o seu sentido foi vulgarizado e banalizado? Quantas vezes somos confrontados com decisões imorais mas legais? Quantos protagonistas invocam a legalidade em detrimento de valores morais? A descredibilização da política e dos políticos é tema recorrente e transversal a toda a sociedade.

E de nós, políticos, quem se importa que a abstenção ultrapasse os 40%? É tema quase tabu para todos os partidos e só é abordado, esporadicamente, em debates de campanhas ou na interpretação dos resultados eleitorais.

O conforto que muitos cidadãos e cidadãs encontram no acto de não votar recusando assim, participar na vida política, reflecte bem como 42 anos depois da revolução de Abril, a democracia continua a ser um processo de difícil construção, disputando um espaço mental ensombrado por 48 anos de ditadura.



Mas, tantos anos depois de Abril, uma nova janela de esperança se abriu. Pela primeira vez um governo suportado por uma maioria de esquerda está à frente dos destinos deste país. O desafio é enorme e os detractores estão em todo lado, pois sentem que a sua hegemonia está em perigo. Os governos de esquerda no actual quadro da União Europeia são alvos a abater. Instituições não eleitas pelos cidadãos e cidadãs, tais como a União Europeia e o FMI são avessos a governos que colocam as pessoas à frente dos grandes interesses económicos. E a ingerência em Estados soberanos é recorrente pois têm aliados. Bem nos lembramos da ofensiva sem precedentes levada a cabo por PSD/CDS que levou ao retrocesso de direitos sociais, laborais e inclusive empresariais, especialmente ao nível das PME's, pois a livre concorrência é letra morta e os interesses monopolistas ditam as regras. Mas existem sinais evidentes que estamos a chegar a uma encruzilhada.

Perante este cenário, é primordial que os cidadãos e as cidadãs tomem em mãos o destino das suas vidas e das políticas públicas pois são as pessoas que moldam as sociedades. Só com uma participação efectiva de todos e todas, Portugal poderá vir a ser um território onde o crescimento, o desenvolvimento e o progresso será sinónimo de respeito pelo meio ambiente, por todos os seres vivos e pela sustentabilidade dos recursos naturais assegurando, assim, um legado promissor às novas gerações.

A liberdade foi o início! Abril está mais perto com o governo de esquerda embora exista um longo caminho a percorrer, caminho esse que certamente terá percursos onde estaremos sós mas, quem transporta em si mais de 900 anos de história, nunca poderá estar perdido.

É este o nosso caminho, é nele que nos revemos, é nele que nos encontramos e é nele que nos realizamos.

~~Pelo~~ Bloco de esquerda p 25 de Abril Sempre!!!

O Deputado Municipal pelo Bloco de Esquerda

Armando Silveira



Intervenção da CDU - Comemorações do 42.º Aniversário do 25 Abril de 1974 em Abrantes

Somos dos que consideram as comemorações do 25 de Abril como momentos de reflexão, de balanço, de recuperação da memória colectiva sobre a Revolução e de luta pelo retomar dos valores de Abril que determinaram profundas alterações de ordem política, económica, social e cultural que se produziram no país e que fizeram com que a Revolução de Abril se tivesse tornado um dos maiores acontecimentos da nossa história.

Consequentemente, as comemorações devem ser, hoje e sempre, batalhas político-ideológicas, de esclarecimento de particular importância para a defesa desses valores.

Com o derrubamento do governo fascista de Marcelo Caetano pelo levantamento militar dirigido pelo MFA no dia 25 de Abril de 1974, esta data passou à história e assim permanece no imaginário popular como o dia da conquista da liberdade, objectivo primeiro pelo qual durante décadas milhares de antifascistas, com particular destaque para os comunistas, lutaram abnegadamente.

Mas a Revolução de Abril não se reduz à conquista da liberdade ainda que ela tenha sido condição prévia para se alcançarem as grandes conquistas democráticas que transformaram profunda e radicalmente a sociedade portuguesa e o lugar de Portugal no mundo.

Foi a acção revolucionária das duas componentes, militar e democrática popular, que tornou possível que, derrubado o regime fascista e colonialista, Portugal pudesse empreender o caminho da liberdade, da paz, da independência e do progresso social e que à mais longa ditadura fascista sucedesse uma situação democrática apontando o rumo para o socialismo, plasmado na constituição de 1976 de que comemoramos o quadragésimo aniversário.



Para verdadeiramente se compreender a natureza da Revolução de Abril, as tarefas que se colocaram às forças revolucionárias, o sistema de alianças que se estabeleceu no seu decurso, a aguda luta de classes que atravessou todo o processo revolucionário e a contra-revolução que o acompanhou, é indispensável não esquecer que o regime derrubado a 25 de Abril de 1974 era uma odiosa ditadura fascista terrorista que durante 48 anos oprimiu o povo português e os povos das colónias, os reduziu à miséria, a imensas privações no interesse dos monopólios e do imperialismo estrangeiro.

Ditadura fascista que suprimiu todas as liberdades políticas, que reprimia brutalmente qualquer acção de protesto, que prendia, torturava e assinava os opositores, que exercia uma censura férrea à imprensa, aos meios de informação e de cultura, que dispunha de forte aparelho policial e militar depurado, altamente controlado e centralizado, e que só poderia ser derrubado pela força da acção conjunta das massas populares e de parte significativa das Forças Armadas.

A defesa das liberdades, a instauração de um verdadeiro regime democrático, a melhoria das condições de vida do povo, exigiam a liquidação simultânea do poder político do fascismo e o poder económico que o sustentava e determinava. A revolução antifascista deveria ser necessariamente uma revolução democrática e nacional, pondo fim aos monopólios e ao capitalismo monopolista de Estado.

As massas populares não se limitaram a festejar a conquista da liberdade, a esperar a satisfação das suas reivindicações e aspirações. Antecedendo sempre as decisões do poder político, tomaram nas suas mãos a realização das grandes transformações democráticas e revolucionárias.

Foi por iniciativa das massas que se criaram as condições para se avançar para as nacionalizações, para a reforma agrária, para o exercício do controlo de gestão, para o saneamento do aparelho de Estado e do Poder Local. O Poder Local Democrático começou logo depois do 25 de Abril



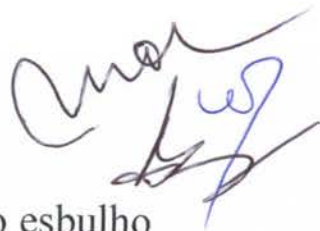
com o processo popular de constituição das Comissões Administrativas que depuraram a estrutura fascista das autarquias órgãos de opressão e corrupção sobre as populações e permitiram a experiência que levou à base jurídica do Poder Local Democrático.

Não se tratou, pois, de uma acção espontânea, mas de uma acção organizada, dirigida, em que as massas e em particular os trabalhadores intervieram como força social autónoma, com as suas reivindicações e objectivos próprios de classe, tornada possível pela existência e combatividade do partido político da classe operária, o PCP, o único partido que dispunha de um Programa para a Revolução Antifascista e que gozava de enorme prestígio e influência junto dos trabalhadores.

A Revolução de Abril representou a mais heróica e exaltante acção dos trabalhadores portugueses na sua longa luta contra a exploração e pela emancipação social, à qual se devem as grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais alcançadas. Conquistas essas que foram consagradas na Constituição da República, cujo 40.º aniversário este ano comemoramos.

Nos últimos anos temos assistido a uma poderosa cruzada de branqueamento e mesmo negação da existência do fascismo, por um lado e, por outro, de revisionismo histórico sobre a natureza e os resultados da Revolução de Abril. Cruzada que dispõe de significativos meios e mais não pretende que esvaziar o 25 de Abril do seu conteúdo revolucionário e libertador, responsabilizar pelos problemas do país o que chamam de perversões revolucionárias e, simultaneamente, de se desresponsabilizarem das políticas que realizaram em conjunto – em alianças formais ou tácitas – durante mais de 38 anos, políticas, essas sim, responsáveis pelo desastre a que conduziram o país.

A chamada reforma do Estado, manto com que os políticos de direita procuram tornar irreversível a liquidação de parte das grandes conquistas



democráticas alcançadas com a Revolução de Abril, bem como o esbulho dos bens do Estado a favor do grande capital nacional e estrangeiro, exigirá, dirão eles, uma profunda revisão da Constituição da República, que apelidam de obsoleta, de força de bloqueio à modernidade, aos novos tempos e, claro está, à sua governação. No fundo, do que se trata é de carrear argumentos político-ideológicos para a concretização do seu objectivo de sempre: a liquidação das grandes conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril e do próprio regime constitucional dela resultante.

Portugal, em consequência dessas políticas, enfrenta na actualidade enormes dificuldades e perigos. Um punhado de velhas e novas famílias apossaram-se de novo de sectores básicos da economia nacional através de um processo de autêntico esbulho em que a propaganda a favor de «menos Estado» só tem servido para dar cobertura a tal processo ao serviço da reconstituição dos grandes grupos económicos e financeiros, enquanto a grande maioria dos portugueses e em particular os trabalhadores e os idosos se tornaram as principais vítimas.

A possibilidade gerada com Abril de construir um Portugal desenvolvido, progressista e solidário com a luta dos povos de todo o mundo tem sido ameaçada com o avanço da contra-revolução.

Não é possível assegurar o desenvolvimento do país com base na restauração do poder dos grandes grupos económicos e na submissão ao imperialismo, na intensificação da exploração, na limitação de direitos e liberdades, no domínio do poder político pelo poder económico e consequente desfiguramento do regime democrático.

A prova dos factos está feita. Mais de 39 anos de políticas de direita contra Abril tornaram, inexoravelmente, o país mais pobre, mais obscurantista, menos soberano e independente, menos livre e democrático.



Os graves problemas que o país enfrenta só podem ser ultrapassados com a existência de um forte e dinâmico sector público ao serviço do país e dos portugueses.

A experiência da revolução democrática diz-nos que os valores de Abril como expressão das grandes conquistas democráticas constituem uma necessidade objectiva para assegurar o progresso de Portugal e o bem-estar do povo.

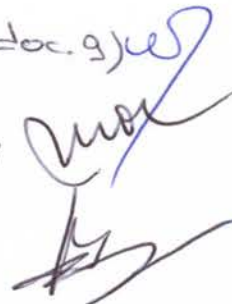
A solução para a crise que atinge o país, a melhoria das condições de vida do povo, a salvaguarda de Portugal como país soberano, passa necessariamente pelo retomar dos valores transformadores e libertadores de Abril.

Viva o 25 de Abril

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes

Intervenção da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Abrantes por ocasião da sessão extraordinária de comemoração do 25 de Abril

25 de Abril de 2016

(doc. 9) 

Assinala-se hoje aquilo a que se chamou a “conquista da democracia”. A 25 de Abril de 1974 o País manifestou a vontade de mudança, exigindo para os seus cidadãos a possibilidade de eleger quem governa, pelo estabelecimento de um sistema democrático.

Portugal iniciava então o processo que lhe permitiria integrar o grupo das chamadas sociedades democráticas. Porém, só volvidos 2 anos ficaria concluído o documento que seria o pilar desta jovem democracia, a 6ª Constituição portuguesa. Aprovada pela Assembleia Constituinte a 2 de Abril de 1976, entraria em vigor a 25 de Abril desse mesmo ano, pelo que completa hoje 40 anos de vigência.

Entre outras coisas, a Constituição veio estabelecer os princípios basilares da democracia, definir as regras gerais que determinam a organização e funcionamento das instituições políticas e definir um conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

Depois de alguns sobressaltos vividos ao longo do processo que se iniciou no dia 25 de Abril de 1974, a entrada em vigor da nova Lei Fundamental seria o garante da estabilidade e da tranquilidade necessárias ao desenvolvimento que o País ambicionava. Importava agora consolidar a democracia conquistada.

Paralelamente, e ao longo destas 4 décadas, também outros países foram abandonando sistemas não democráticos e engrossando o grupo das sociedades democráticas, sendo visível a expansão da democracia no mundo.

Contudo, e por paradoxal que pareça, a par desta expansão e da preocupação em zelar pela qualidade e aprofundamento das democracias estabelecidas, tem crescido, de forma galopante, a desconfiança dos cidadãos em relação à política, aos políticos e às instituições democráticas. Com efeito, os cidadãos concedem ao governo, ao parlamento, aos partidos, o poder de decidir por si politicamente. Depois, ao avaliar os resultados dessa concessão sentem agrado ou desagrado, confiança ou desconfiança.

Ora, sendo a confiança um pressuposto ou um princípio fundamental da democracia – pois só ela permite esta concessão, de forma voluntária e responsável – qual o significado ou a leitura que se deve fazer desta desconfiança crescente?

Diríamos que ela é o resultado do desempenho de sistemas que, afinal, não são tão democráticos quanto se dizem e quanto os cidadãos desejariam. Dito de outra forma, os cidadãos não se satisfazem com uma democracia que só o é do ponto de

vista formal, na medida em que lhes garante um conjunto de direitos e liberdades e os chama a votar, procurando fazer crer que, de facto, o poder é exercido em seu nome e em seu benefício.

Obviamente que os mais informados e mais atentos não se satisfazem com esta democracia formal que, em muitos casos, mais não é do que uma forma de legitimação de um poder promíscuo, exercido não em nome do bem comum e do interesse colectivo, mas sim de interesses pessoais e de grupos restrictos que, com recurso a manobras por vezes pouco claras e pouco éticas se apropriam das instituições políticas, tornando-as instrumentos ao serviço desses interesses.

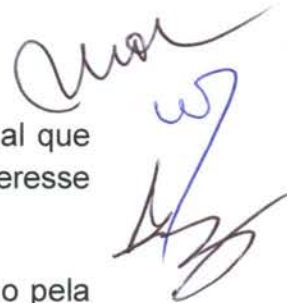
O decréscimo continuado da confiança nas instituições políticas nas últimas décadas tem, certamente, múltiplas causas. Entre elas está certamente a constatação de que as instituições, por falta de competências, de recursos ou por práticas ilícitas não estão a desempenhar o seu papel da forma que os cidadãos desejariam. Mas também a franca melhoria dos níveis de escolarização e o maior acesso à informação deram aos cidadãos mais conhecimentos que contribuíram para o apuramento do seu sentido crítico sobre a realidade, aumentando os seus níveis de exigência relativamente ao desempenho do sistema.

O crescimento da desconfiança política tem suscitado um debate sobre as suas consequências não só para o funcionamento das instituições, mas também para o próprio sistema democrático, que pode ver a sua estabilidade ser posta em causa.

São várias as instituições democráticas que estão debaixo desta desconfiança: os governos nacionais, os parlamentos, os governos regionais e/ou locais, o sistema judicial, as instituições supra-nacionais, como é o caso, por exemplo, das que integram a União Europeia e, provavelmente no topo da tabela, os partidos políticos que, de uma forma geral, estão amplamente desacreditados. Na verdade, ao invés de honrarem o seu papel fundamental em democracia, assegurando o pluralismo ideológico e diferentes alternativas governativas, tornaram-se, em muitos casos, máquinas cegas de acesso ao poder, muitas vezes com práticas pouco democráticas, pouco rigorosas e pouco preocupadas com os bem comum e o bem-estar social e económico. Estudos feitos desde o "pós 25 de Abril" revelam que, de forma crescente, os portugueses consideram os partidos um mecanismo vital da democracia e para a participação política. Porém, paralelamente, também se tem reforçado a convicção de que os partidos são todos iguais, reduzindo-se o número dos que entendem que os partidos políticos são o elo principal entre os eleitores e o Estado, considerando ainda cerca de metade dos portugueses que os partidos servem apenas para dividir as pessoas. Tal justifica, eventualmente, o decréscimo da ligação aos partidos políticos e o aumento da insatisfação com o seu desempenho.

Uma coisa é certa: em Portugal, tem sido tarefa impossível pensar e definir políticas a médio e longo prazo, seja a que nível for. Identificar eixos estruturantes e prioritários de desenvolvimento e definir objectivos e linhas orientadoras da acção

governativa para cada um desses eixos deveria ser um compromisso nacional que não deveria estar à mercê de lógicas e jogos partidários, muitos deles de interesse público altamente questionável ou mesmo duvidoso.



A quebra de confiança nas instituições e nas autoridades políticas, desde logo pela insatisfação em relação ao seu desempenho governativo explicam alguns fenómenos observáveis no nosso País:

- O primeiro prende-se com o aumento, desde 2001, do número, visibilidade e sucesso eleitoral de candidaturas independentes, sendo este um fenómeno que se prevê que se mantenha nos próximos anos. Segundo Ana Maria Belchior, "o afastamento do monopólio partidário na selecção e seriação dos candidatos" prende-se com o facto de se querer valorizar critérios assentes na experiência e competência dos candidatos, em prejuízo de critérios de vínculo e vivência partidária;

- Um outro fenómeno que decorre desta falta de confiança é a falta de interesse dos portugueses sobre assuntos políticos, sendo esta mais uma forma de demonstrar o seu alheamento ou mesmo desprezo em relação à política e aos políticos.

Embora este desinteresse pelos assuntos políticos seja observável em outros países, em Portugal é particularmente significativo. Dados do European Social Survey para 2012 revelam que Portugal está em último lugar, numa lista de 22 países europeus, no que concerne ao interesse dos seus cidadãos pela política.

Sendo esta uma situação que se tem vindo a agravar ao longo da última década, temos que admitir que ela acarreta justificadas preocupações, pois como refere Ana Maria Belchior, ela "é também sinónimo de demissão dos cidadãos do seu papel de vigilantes do sistema". Parecem óbvios os riscos para a democracia da inexistência desta vigilância por parte dos cidadãos.

- Finalmente, a desconfiança e o descontentamento em relação à política e às suas instituições tem dado origem a movimentos cívicos de protesto de natureza não partidária que, enquanto exercícios de cidadania, se tornam amplamente transversais, mobilizando um número muito significativo de cidadãos.

Estando relacionados com a grave crise económica, que bem conhecemos, estes movimentos têm ocorrido em vários países, embora com maior expressão naqueles onde os efeitos da austeridade mais se fizeram sentir. Em comum têm aquilo que reclamam:

- Transparência
- Reforma e moralização do sistema político
- Aprofundamento da democracia
- Fim das políticas de austeridade

Covém ter presente que se a desconfiança nas instituições políticas é um sinal negativo por indiciar um mau desempenho por parte destas, também tem uma faceta positiva, por ser um sinal de vitalidade da democracia, na medida em que os cidadãos reagem e demonstram o seu descontentamento face a condutas irregulares ou incompetentes.

Por outro lado, importa fazer aqui uma ressalva: a desconfiança a que aqui nos referimos não é nem recente nem exclusiva de Portugal, embora seja muito significativa entre nós e seja ela que nos interessa de forma particular.

Dados do Eurobarómetro relativamente à satisfação com o funcionamento da democracia em vários países europeus ao longo dos últimos anos mostram o decréscimo significativo da satisfação com a democracia enquanto forma de governo entre 2006 e 2013.

Genericamente, os países do Leste Europeu, ainda a consolidar as suas democracias, e os países do Sul da Europa, em especial os mais afectados pela recente crise económica, são os menos satisfeitos com o funcionamento das suas democracias. O cruzamento destes dados com indicadores de desenvolvimento económico e social e ainda com o índice de percepção da corrupção permite chegar a algumas conclusões: os países onde existe uma maior satisfação com a democracia são os mais ricos, mais desenvolvidos, mais transparentes e menos corruptos; os mais insatisfeitos com a democracia são, em geral, mais pobres, menos desenvolvidos e menos transparentes e com altos níveis de corrupção.

Infelizmente, Portugal encontra-se neste segundo grupo de países: os governos e os parlamentos foram as instituições que mais perderam confiança nos últimos anos e os partidos políticos os que menos credibilidade oferecem.

E os elevados níveis de desconfiança, insatisfação e alheamento em relação à política e às instituições democráticas estão fortemente relacionadas com a eficácia – ou ineficácia – governativa, destacando-se 2 razões principais:

- a percepção de que as promessas dos políticos - com objectivos populistas de angariação de votos – e sobretudo em áreas de grande sensibilidade social, não são cumpridas;
- as suspeitas ou casos efectivos de corrupção na vida política, envolvendo fortemente o sector público.

Ora, em matéria de corrupção, o índice mais usado a nível mundial para medir a corrupção revela que o nosso País ocupa um lugar pouco abonatório que se tem vindo a agravar.

Perante estes dados e estas constatações, fechar os olhos e “fazer ouvidos de mercador” não parece a melhor atitude. As tendências que, de forma breve e

sucinta, aqui procuramos descrever não deverão ser ignoradas ou justificadas demagogicamente, como muitos, por comodidade ou incapacidade gostam de fazer.

Quando olhamos para a realidade portuguesa, deparamo-nos com muitos sinais que devemos ser capazes de ler e interpretar:

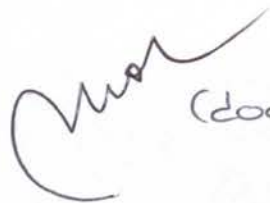
- o número das operações em curso relacionadas com a investigação de práticas ilícitas envolvendo titulares ou ex-titulares de cargos políticos;
- a prepotência demonstrada por governantes, em total desrespeito por regras básicas da convivência democrática, como a pluralidade de opiniões e pontos de vista;
- o facto de termos um primeiro ministro e um governo que não representa a escolha dos cidadãos através do acto eleitoral realizado para o efeito;
- o facto de termos um presidente da república que, na qualidade de candidato, fez questão de se distanciar dos partidos políticos, assumindo-se como independente ao serviço do País e dos portugueses, sendo escolhido, de forma inequívoca, pela grande maioria dos eleitores.

É indiscutível que é necessária uma reforma séria e profunda do sistema e das instituições e que a tomada de consciência dessa necessidade constitui uma oportunidade de mudança que não deve ser desperdiçada, sob pena de comprometer o próprio futuro do País. É evidente que tal implica a percepção clara e a definição objectiva das reformas a realizar, o que não pode ser feito de ânimo leve.

Porém, deve ser consensual que é absolutamente necessário repensar o modelo de democracia em vigor. Sabemos que isso exige a coragem, a determinação e a seriedade que não têm existido. O modelo actual está estruturado de forma a dar aos partidos o controlo da decisão política e, por isso mesmo, é normal que estejam pouco receptivos a alterar o modelo que lhes confere poder. No entanto, e num espaço muito mais global, vai conquistando terreno uma corrente que preconiza que, enquanto sistema político, a democracia deve ser repensada de forma a aproximar fortemente a decisão política aos cidadãos. Outras correntes existirão e só um debate esclarecido e amplamente participado poderá permitir encontrar as melhores soluções. O desafio é grande mas devemos exigí-lo, desde logo, por respeito para com as gerações vindouras.

Assim, seremos irresponsáveis e mesmo hipócritas se insistirmos em celebrar o 25 de Abril apenas com os olhos postos no passado. De nada servem as conquistas se não tivermos a capacidade de as manter e de as potenciar. Hoje, mais do que nunca, celebrar a democracia é aceitar o desafio de procurar os caminhos que a dignifiquem e aprofundem. Cuidemos do presente com a consciência de que é nele que se constrói e dá sustentabilidade ao futuro.

Obrigada pela vossa atenção!

 (doc. 90)



Sr. Presidente desta Assembleia

Sr^a Presidente de Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras Diretoras das Universidades de Terceira Idade

Sra Diretora da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Senhores Diretores dos Agrupamentos

Alunos e Alunas aqui presentes

Entidades Militares e Forças de Segurança

Senhoras e Senhores Convidados

Comunicação Social

Público presente

É para mim uma honra usar da palavra nesta assembleia, num dia tão cheio de significado para os portugueses.

Celebrar o 25 de Abril é, para além dum imperativo institucional, uma exigência de cidadania.

Nasci alguns anos depois do 25 de abril de 1974 e tenho desse dia a imagem dos relatos a que fui tendo acesso e que os mais velhos me foram contando. Sempre vivi em Democracia, sempre sai de casa com a certeza de poder dizer o que penso sem ter de olhar por cima do ombro.

Registo sobre esse dia a poesia de *Sophia de Mello Breyner*:

25 de Abril

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo*

.....e tento na minha vida de jovem cidadão dar expressão à força que emerge dessas palavras. À esperança que elas representam, tal como os ideais defendidos e conquistados não apenas nessa madrugada, mas num longo e penoso percurso de muitos anos, por muita gente que teve a coragem de resistir à ditadura e sobretudo nunca desistiram de acreditar que um dia a liberdade iria ser resgatada e devolvida aos portugueses.

Sou jovem, nasci com liberdade e é por isso que luto, para que esta liberdade seja eternamente jovem.

E enquanto jovem, sei que a esses lutadores democratas devo muito do que sou hoje e daquilo que pude e posso fazer.

A todos esses que lutaram quero aqui prestar a minha, a nossa homenagem e agradecimento reconhecido.

A todos os que lutaram pela liberdade, fizeram o 25 de abril e construíram a nossa democracia devemos gratidão e temos de expressar o nosso reconhecimento pois é pela sua luta que:

Vivemos em liberdade! A eterna gratidão dos mais novos para com os mais velhos, que nos ensinaram o valor da liberdade!

Temos direito a uma qualidade de vida mais digna, no acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à assistência social, verdadeiros valores que marcam a diferença.



Somos cidadãos com direitos e deveres iguais com a possibilidade de decidir pelo futuro do nosso País com base na regra fundamental: um cidadão, um voto.

É isto a Democracia consagrada na Constituição da Republica Portuguesa que este ano celebra 40 anos. E há 40 anos construímos uma democracia, com uma Constituição digna, justa e igualitária. Foi um longo caminho até essa conquista e não podemos dela prescindir. Esta democracia que todos fomos construindo deve ser diariamente consolidada pois a maior prova de perigo é a presunção de ela estar garantida.

Citando Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República:

Como bem previu Henrique de Barros, Presidente da Assembleia Constituinte, esta foi de facto "uma Constituição à prova do tempo", que apesar das necessárias revisões, continua a funcionar como garante de direitos e como bússola de regras e valores essenciais do nosso regime democrático.

40 anos depois, é justo lembrar a atualidade do seu legado. "

Sobre este nosso guião para a Democracia é preciso agradecer a todos os que lhe deram corpo, deixando a bancada do Partido Socialista um voto de apreço a todos os abrantinos e em particular ao socialista Manuel Dias.

Queremos também expressar reconhecido apreço a todos os que nos diversos órgãos autárquicos e noutros órgãos de governação foram seus construtores.

Habituei-me a ouvir a expressão muito usada em torno das sessões comemorativas:

É preciso construir Abril

e também a outra: ***falta cumprir Abril.***

Estas expressões encerram um sentimento de que ainda há muito por fazer, muito por lutar para que se cumpra o verdadeiro espírito de Abril onde todos os portugueses sejam iguais nas condições de vida e no acesso a oportunidades.

Abril é um destino que temos de cumprir!

Como jovem quero aqui dar voz aquilo que considero fundamental para cumprir abril:

Emprego – para que o trabalho possua a dignidade que merece;

Educação – para que o futuro se reinvente a partir do saber;

Saúde – para que o Serviço Nacional de Saúde se fortaleça;

Não ter de emigrar – para que possamos descobrir e redescobrir o país em que vivemos;

A política da juventude não se esgota nela em sentido estrito. É tão necessária uma política jovem, como uma visão jovem da política.

As temáticas, as bandeiras e as políticas de juventude são transversais

Esta geração, a minha geração, vive momentos dramáticos, marcados pelas dificuldades no acesso ao primeiro emprego, à habitação e a todas as suas legítimas ambições. Não se pode negar à geração mais qualificada de sempre o seu futuro, futuro esse marcado pela dignidade no seu quotidiano pessoal, profissional e académico.

A bandeira da Emancipação Jovem, deve ser reerguida e incentivada regionalmente. Nesta visão e neste empenhamento englobamos o acesso à educação superior pública, ao emprego em condições laborais condignas e à habitação. A estes desígnios, junta-se a fixação dos jovens nos seus concelhos de origem, reforçando as qualidades dos concelhos do interior, e a participação cívica e política, completamente livre de condicionalismos externos à vontade, em plena liberdade de pensamento de cada um.

Deve afirmar-se a participação jovem no dia-a-dia. Uma participação que se molde pelo espírito crítico e pela assunção de responsabilidades.

Um dos maiores patrimónios de qualquer sociedade é a sua juventude, a sua capacidade e espírito de luta.

Não quero terminar sem passar aos jovens esta mensagem de **Zeca Afonso**:

“O que é preciso é criar desassossego. Quando começarmos a criar álibis para justificar o nosso conformismo, então está tudo lixado”

Na juventude reside a esperança de cumprir Abril.

Viva a Liberdade!

Viva a Democracia!

Viva Portugal!



(doc.))

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e senhores Deputados Municipais

Senhoras e senhores Vereadores

Senhoras e senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Senhores Diretores dos Agrupamentos de escolas nº 1 e nº 2

Uma palavra muito especial para o Senhor Presidente deste Agrupamento que aqui nos acolhe nesta magnífica sala.

Senhores representantes da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

Caros alunos, presidentes das associações de estudantes, representantes dos alunos, foi com grande emoção que vos ouvi aqui testemunharem, darem-nos também lições, daquilo que, na vossa juventude é o vosso sentimento.

Tenho a esperança que desta assembleia se consigam aproximar mais da política, dos centros de decisão e que este momento não sirva de todo para vos afastar mais. Antes pelo contrário. Que vos traga verdadeiramente para poderem fazer aquilo que o João Gaio aqui nos incitou, para que juntos possamos construir o nosso futuro.

Senhoras representantes das universidades da terceira idade. É sempre um privilégio que os cabelos brancos falem mais alto e nos brindem com a sabedoria de quem vai à frente, mas tem tanto ainda para dar.

Muito obrigada, Senhora dona Piedade por sair da sua zona de conforto e com os seus 96 anos mostrar a todos nós que vale a pena viver. Que vale a pena celebrar a Liberdade porque foi com a Liberdade que nós pudemos também escolher ser felizes.

Senhores representantes das forças policiais e militares, das instituições civis, dos partidos políticos (...).

Uma palavra a toda a comunidade Abrantina que se junta a nós para podermos evocar os valores da nossa Democracia.

E hoje voltamos à escola, de novo à escola, para evocarmos os 42 anos sobre aquele dia:

“O dia inicial inteiro e limpo/

Onde emergimos da noite e do silêncio/

E livres habitamos a substância do tempo/ Sophia de Mello Breyner Andresen.

Quarenta e dois anos sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Aquele dia que soma já duas gerações.

O momento do reencontro da República com a Democracia e a Liberdade.

Um marco na nossa história coletiva que inspirou outros povos na ambição do progresso e da liberdade.

Muitos dos que aqui estamos tivemos a prerrogativa de viver uma parte das nossas vidas em liberdade.

Outros, mais jovens, que a nós se juntam hoje, nasceram e cresceram em liberdade.

Todos, somos os fiéis depositários de uma herança sem precedentes.

Celebramos o dia em que se abriram as portas do futuro pela ação d’“Os rapazes dos tanques”.

Aqueles que nas ruas quiseram acabar com o estado a que tínhamos chegado.

“Quem quiser, vem comigo para Lisboa e acabamos com isto. Quem é voluntário sai e forma. Quem não quiser vir não é obrigado e fica aqui.”/

Fernando Salgueiro Maia, Capitão de Abril que partiu de Santarém para conquistar a vitória ao lado do povo. Hoje, a esta hora, está o nosso Presidente da República a celebrar e a evocar esta memória.

Aqueles que nos confiaram o essencial do legado que um País democrático pode ambicionar: a liberdade; a democracia pluralista; a participação cívica e a justiça social.

Perdurará na nossa memória coletiva esse grupo de homens, maioritariamente na flor da idade, impulsionados pelo sonho de liberdade e de um país melhor:

“Só quer a vida cheia quem teve a vida parada/

Só há liberdade a sério quando houver/

A paz, o pão/

Habitação/

Saúde, educação/ Sérgio Godinho

Evoco ainda todos e todas os que resistiram durante anos e pagaram com a liberdade a coragem de lutar por um País livre.

“Quem o fez era soldado/ homem novo, capitão/mas também tinha a seu lado muitos homens na prisão”//Ary dos Santos.

Relembro em particular todos os homens e mulheres que em Abrantes resistiram à Ditadura.

E quero hoje aqui lembrar em particular o Dr. Eurico Consciência que há poucos dias nos deixou.

Apaixonado pela Liberdade, recordo a sua ação no despertar da sociedade abrantina, num período de marasmo, destacando a organização das jornadas culturais de Abrantes.

E o seu contributo no papel, na altura, de diretor do jornal Correio de Abrantes. Enquanto agente de oposição, esse jornal contribuiu para o esclarecimento e para a abertura de mentalidades e, cito Eduardo Campos, “onde as barreiras censórias foram por vezes habilidosamente contornadas”.

Também é justo no dia de hoje celebrar o ano 40 da nossa lei fundamental: A Constituição da República Portuguesa e o seu legado.

Ameaçada na sua essência, a crise não pode ser sinónimo de voltar ao passado.

Por isso, hoje, é na defesa do estado social, há uma nova solução governativa.

Fez-se de novo história em Portugal. Um governo à esquerda. Que quer que a Constituição seja a Constituição à prova do tempo, como disse Henrique de Barros, Presidente da Assembleia Constituinte.

Embora já evocado por quem me antecedeu, lembro aqui também o nosso deputado à Constituinte, Manuel Dias.

A Constituição.

A mãe de todas as leis.

Fruto de visões políticas muito diferentes.

Consagra o voto universal.

O princípio da Igualdade.

O direito à vida.

O direito à Liberdade e à Segurança.

O direito a aprender e a ensinar.

O direito à criação cultural.

E a consagração do Poder Local democrático, marca maior deste reencontro com a Democracia.

Dando força à tradição municipalista doutrinada por Alexandre Herculano e Henriques Nogueira, vertida na ação das Câmaras municipais e das Juntas de Freguesia.

Sem o contributo do poder local, Portugal seria hoje muito mais assimétrico e menos desenvolvido.

Poder Local constituído por Municípios e Freguesias que através do exercício das suas competências, levaram o desenvolvimento a todo o território, no campo das infraestruturas básicas – redes de abastecimento de água e saneamento, higiene pública, energia elétrica, arruamentos, vias de comunicação, centros de saúde, renovação do parque escolar, etc.

Nunca é demais relembrar o Eng. Bioucas, primeiro Presidente da Câmara de Abrantes eleito em Democracia.

Mas as evocações não se fazem só depois das pessoas nos deixarem. Fazem-se também em vida.

Uma palavra muito sentida à Rosa Barralé que foi Presidente da Junta de Freguesia do Tramagal. Bem-haja, Rosa, também pelo seu testemunho.

É com o poder local que os cidadãos são mais exigentes.

Quando o Estado central lhes falta é no poder local que o cidadão encontra um porto de abrigo.

Foi assim nos anos mais recentes durante as duras medidas de ajustamento a que o país foi sujeito, situação que levou a Câmara

Municipal de Abrantes a colocar no terreno um conjunto de medidas excepcionais de apoio social.

Não deixar desprotegidos aqueles que são mais frágeis.

Em muitos casos, este apoio do município, pagando a renda da casa ou o acesso a cuidados de saúde, foi o último recurso a que puderam aceder.

Respostas pragmáticas para responder a problemas efetivos.

Sem demagogia.

Trabalho de proximidade na área social que tem sido uma marca deste executivo.

Um trabalho possível graças à cooperação e trabalho em rede com todas as entidades locais:

Serviço de Atendimento à Vítima;

Projeto Municipal de Promoção da Cidadania e da Igualdade;

Finabrantas na MEDIDA 4 – Ação Social - programa de incentivo financeiro municipal para apoio às atividades associativas com intervenção social;

Banco Social;

Bolsa de Estudo para Alunos do Ensino Superior;

Banco de Recursos de Ajudas Técnicas Sociais;

Refeições Sociais;

Serviço de transporte a pedido;

Programa “+ Vida (para idosos);

Serviço de teleassistência para idosos que vivam sozinhos ou isolados;

Intervenção Precoce;

Programa de Promoção da Saúde Oral;



Hortas Comunitárias;

Atividades de Apoio à Família no pré-escolar;

Atividades de Enriquecimento Curricular;

Serviço Municipal de Apoio à Família;

Auxílios Económicos ao Pré-Escolar e 1º Ciclo;

Tarifa social no abastecimento de água.

A administração local confronta-se hoje com um número crescente de responsabilidades, sob a pressão criada por um conjunto de novas áreas em que somos constantemente chamados a intervir.

Nem sempre dispomos dos instrumentos e meios para assegurar uma adequada atuação.

Mas não deixamos de dizer presente.

Não nos desresponsabilizamos do dever de encontrar respostas para as dificuldades dos nossos cidadãos.

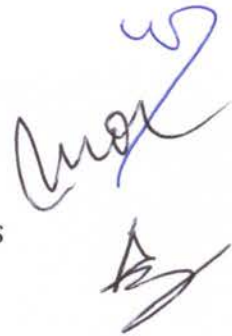
De alguns anos a esta parte, o concelho de Abrantes debate-se com uma manifesta falta de médicos de família, também já hoje aqui focada.

Um problema social que atinge particularmente uma população envelhecida, sem acesso a redes de transporte que sirva as suas necessidades.

Não sendo a área da saúde uma competência direta das câmaras municipais, disponibilizamo-nos desde o primeiro momento para fazer parte de uma solução.

Construímos a instalação que dá corpo agora à Unidade de Saúde Familiar de Abrantes.

Sabemos que não vem resolver tudo.



Mas vem permitir uma redução de cerca de 40% do número de utentes sem médico atribuído, que corresponderá a cerca de 4.500 utentes.

Criamos um incentivo para a fixação de médicos.

Lançamos já o procedimento para construção da Unidade de Saúde Familiar do Rossio ao Sul do Tejo.

Vamos participar na implementação de uma Unidade de Cuidados na Comunidade que irá prestar cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis.

Uma em Abrantes para dar apoio à cidade e ao sul do concelho e uma outra em parceria com o Sardoal, instalada no Sardoal e que servirá o concelho vizinho e o norte do concelho de Abrantes.

Aqui estamos a dizer presente.

O poder local a responder aos anseios da sua comunidade.

Quando tudo parece já ter sido dito e contado aqui estamos a celebrar Abril.

A reafirmar o nosso compromisso, individual e coletivo no aperfeiçoamento da nossa democracia pluralista.

Há um caminho a percorrer.

Cientes que os sistemas de democracia representativa, que ainda há poucos anos pareciam fortes, irreversivelmente tornaram-se frágeis.

Os cidadãos desinteressam-se do debate público e afastam-se da participação cívica.

Ainda assim, há que o dizer, o Concelho de Abrantes notabiliza-se também pela ação dos seus movimentos associativos.

Na cidade.

Nas aldeias.

Na vila.

Vemos os mais jovens juntarem-se aos mais velhos. Como vimos hoje nesta assembleia.

Gente muito empenhada a participar ativamente e a dar o seu contributo em benefício do desenvolvimento das suas terras.

Mas insisto: é fundamental repensar estas temáticas, procurando diagnosticar alguns desafios.

Para que continue a fazer sentido o verso da canção do Zeca Afonso “Grândola vila morena», que diz: “o povo é quem mais ordena dentro de ti ó cidade”, é necessário deixarmos os discursos inflamados, e concentramo-nos na mobilização cidadã.

Apostar em estratégias de ação para uma nova participação cívica com novos recursos hoje ao dispor dos movimentos sociais e das instituições.

Afirmar a democracia eletrónica.

Ainda recentemente apresentamos o nosso projeto, já em desenvolvimento e já a produzir resultados, “Abrantes Cidade Inteligente”. Todos aqueles que têm um *smartphone* podem descarregar uma aplicação gratuita, o portal do cidadão, e a partir daí poder corresponder-se diretamente com a administração local. Com a Câmara Municipal.

Para otimizar recursos.

Para aproximar os cidadãos ao governo local.

Ferramentas que facilitam ao cidadão a participação ativa na tomada da decisão.



Aproveito a oportunidade, para apelar à participação de todos e de todas, nomeadamente os mais jovens, no Orçamento Participativo.

Que todos e todas ajudem os eleitos a reordenar prioridades no nosso território.

Aos jovens aqui presentes, convido para a participação ativa nas Jornadas da Juventude já no próximo fim de semana.

E, João Pedro (presidente da Associação de Estudantes da Escola Dr. Manuel Fernandes que usou da palavra nesta cerimónia), aceitamos o teu desafio para implementarmos também um projeto de mentorismo autárquico e convido-te agora, porque sabemos do teu empenho, do teu e dos teus colegas, para poderem entrar na universidade, para poderem trabalhar arduamente na construção do nosso futuro coletivo, que é também o vosso futuro individual. Desafio-te a pensares connosco o melhor modelo. Eu não gostava de o circunscrever aos 18 anos. Era bom que o pudéssemos fazer até mais tarde para que vocês que saem daqui e vão estudar para fora, ou que escolham Abrantes para continuar a estudar na ESTA, ou no Politécnico de Tomar, tenham uma palavra efetiva para poderem contribuir na construção do nosso futuro e da nossa cidade. Para que em 2116, quem cá estiver possa fazer jus aquilo que foi esta celebração.

Convido também a juntarem-se às comemorações do Centenário da nossa cidade. É o convite que deixo a todos.

Um programa vasto a decorrer ao longo do ano.

Feito com a colaboração da sociedade civil que voluntariamente exerceu e exerce a cidadania.

Temos uma população com muitos homens e mulheres.

Novos e velhos.

Jovens e mais experientes.

O trabalho intergeracional é crucial para que não se perca a oportunidade da troca de experiências e vivências, fundamentais para um desenvolvimento humano equilibrado.

“É na Democracia, no que é, e no que representa, que se acha a energia coletiva que dá determinação, lucidez e alento para fazer o que é preciso ser feito”. (Jorge Sampaio)

Só na Democracia, na participação de todos, os que têm o dever da representação, mas também e essencialmente os cidadãos, poderemos encontrar soluções novas para os problemas novos e velhos.

Comemorar Abril é ver nele uma visão inspiradora de liberdade e cidadania ativa.

Não é apenas um ato de memória.

É um projeto de futuro.

É construir um futuro melhor, mais digno e mais decente para todos e para todas.

O presente obriga-nos sempre a voltar a Abril.

“Calcorreei esse longo caminho para a liberdade. Tentei não vacilar; dei maus passos durante o percurso. Mas descobri o segredo: depois de subir uma alta montanha apenas se encontram outras montanhas para subir. Parei aqui um momento para descansar, para gozar a vista da gloriosa paisagem que me rodeia, para voltar os olhos para a distância percorrida. Mas só posso descansar um momento, porque, com a liberdade, vem a responsabilidade, e não me atrevo a demorar, pois a minha caminhada ainda não terminou. (...) Ser livre não é apenas livrar-

se das próprias grilhetas, mas viver de uma forma que respeite e promova a liberdade dos outros. (...)” Nelson Mandela.



Celebrar o 25 de Abril é fazer o caminho.

Com todas as gerações.

Os mais velhos.

Os mais novos.

Os que hão-de vir.

Aqui estamos!

Viva o 25 de Abril!

Viva Abrantes, Cidade Centenária!

Viva Portugal!

Vivam os jovens!

Disse.

Maria do Céu Albuquerque

Abrantes, 25 de Abril de 2016

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos terem respondido afirmativamente ao nosso convite e participarem, estarem presentes nesta reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Abrantes.

Obrigado por nos mostrarem que, tal como nós, têm a consciência da necessidade de celebrar Abril, celebrar este dia 25, celebrar o dia pelo qual obtivemos a liberdade, a liberdade de também aqui podermos estar, sem censura e sem receio de usarmos a expressão do que nos vai na alma. E também mostrando que sabem, que não esquecem o exemplar trabalho do movimento dos valorosos capitães de Abril.

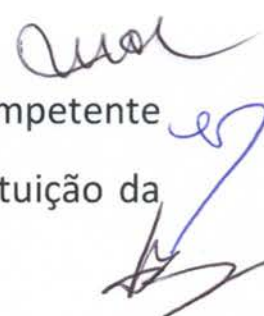
Cumprem-se hoje 42 anos do dia em que o movimento dos capitães libertou Portugal de uma longa ditadura.

Saúdo esses bravos militares, saúdo o movimento do 25 de Abril de 1974 que conquistou para nós o direito de aqui podermos estar, o direito de assinalar esta importante data e podermos fazê-lo em liberdade.

Com uma coragem e determinação sem limites e uma mão cheia de sonhos, nesse 25 de Abril, os jovens capitães arriscaram tudo e devolveram a liberdade e a soberania ao povo, desafiando-o a construir o futuro.

O movimento das forças armadas, os capitães de Abril fizeram a revolução. Em vez de balas, usaram o cravo na espingarda, disseram não à guerra, e tudo prepararam para que a sociedade portuguesa construísse a paz com alicerces sólidos e se instalasse uma vivência plena em democracia.

Nesta construção, um ano depois, 25 de Abril de 1975, Portugal vibrou com as primeiras eleições livres, a eleição para a Assembleia Constituinte.



E mais um ano volvido, 25 de Abril de 1976, após árduo e competente trabalho dos deputados constituintes, entrava em vigor a Constituição da República Portuguesa.

Constituição, lei soberana, a mãe de todas as leis, que apesar de assolada por tantos ventos e marés, tem conseguido fazer em tantos casos in-extremis, a defesa dos portugueses e mostrar a Portugal e ao mundo ocidental, que este retângulo à beira-mar plantado, tem gente, gente digna que a todos deve merecer respeito, o respeito que sempre deve ser conferido à dignidade humana.

Constituição que nela contém muitos e importantes princípios, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A decisão do povo português de defender a independência nacional;

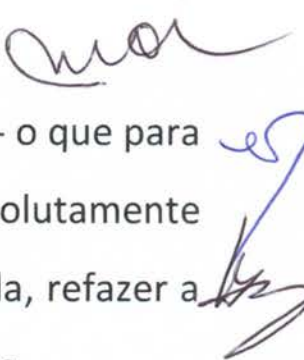
A garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos;

Estabelecer os princípios basilares da democracia;

Assegurar o primado do Estado de Direito democrático.

Constituição da República Portuguesa, que por ser a lei suprema do país, consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais pelos quais se rege o Estado português e as grandes orientações políticas a que os seus órgãos devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político.

Define a estrutura do Estado, ou seja as funções dos quatro órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) e dos órgãos de poder político (regiões autónomas e autarquias) e a forma como se relacionam entre si.



Mas porque para muitos, o 25 de Abril é apenas um dia feriado - o que para quem viveu e vibrou com o dia que hoje comemoramos, é absolutamente impensável - pensámos que compete-nos a todos voltar à escola, refazer a aprendizagem, cultivar os valores, honrar e dignificar os símbolos.

Porque é imperioso conhecer e respeitar os símbolos da nacionalidade, atrevo-me até a dizer, em momentos especiais, sentir mesmo um respeitoso tremelique perante a bandeira e no entoar o hino nacional.

É um pedido que deixo aos pais e aos professores.

O 25 de Abril é de todos os portugueses. Porque muito confiamos na nossa juventude e nela tudo investimos, procurámos e obtivemos o acordo para podermos realizar esta Assembleia Municipal nos moldes em que decorreu. O nosso especial agradecimento a todos os parlamentares desta circunstância.

Aos nossos jovens alunos que estão caminhando para a vida, conscientes de que é pelo estudo, pelo saber e pelo respeitar e saber respeitar que no amanhã serão o garante da qualidade da nossa sociedade; Aos “jovens” alunos da terceira idade que nos mostram também aqui que para aprender e ensinar não se tem idade, mas que estão apostados em dignificar, continuar a dignificar e a cultivar os valores que, pela positiva, diferenciam e engrandecem.

Igualmente à escola, aos professores e aos pais, por estarem na primeira linha desta coletiva construção que a todos importa seja de qualidade.

O 25 de Abril é o dia da liberdade, da liberdade que era um sonho, e que passou a ser, a poder ser uma realidade, liberdade que foi uma conquista de Abril, liberdade que tem de ser de todos os dias, real e efetiva.

Nas suas várias vertentes a liberdade de expressão foi a maior de todas.

É preciso consolidá-la, se necessário voltar a conquistá-la ... para as mulheres que morrem em silêncio vítimas de violência, para as crianças vítimas de maus tratos, para a chamada de atenção, para a denúncia das situações em que os velhos vivem ou foram barbaramente assassinados em assaltos, para os doentes sem assistência e sem recursos.

Hoje como em Abril de 1974 temos que lhe dar voz. É preciso manter abertas ou mesmo abrir de novo as portas que Abril abriu.

Senhoras, Senhores

Uma nota que não posso deixar de evidenciar em contraste com referências a anos anteriores:

Os capitães de abril, os capitães que há 42 anos nos devolveram a liberdade e o direito à construção de uma vida com dignidade, hoje, já estiveram no espaço que é o símbolo, o expoente máximo da liberdade que nos proporcionaram, a Assembleia da República. Foram parte integrante das cerimónias. Uma vitória da liberdade, da liberdade de expressão.

A liberdade tem de ser permanentemente defendida, tem de ser permanentemente construída.

Cabe-nos a nós, **a todos nós**, em cada dia, lutar por isso!

Viva o 25 de Abril, viva o Portugal democrático, livre e independente.

António Mor

25Abril2016